



ENTREVISTA: Com Cristina Laclette Porto, pesquisadora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisa sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio)

Qual a importância do Marco Legal da Primeira Infância?

Quanto menores as crianças, mais elas exigem cuidado e delicadeza. Para que vivam plenamente os 6 primeiros anos de vida, se faz necessário um olhar amplo para todos os aspectos que contribuem ou não para isso. Cada vez mais as pesquisas mostram o quanto esse período é decisivo para a formação do ser humano. A prática política vivida na formulação do Plano Nacional pela Primeira Infância inspirou o processo de construção do Marco, contando com a participação dos membros da Rede Nacional Primeira Infância composta por várias organizações especializadas nesse olhar múltiplo sobre a criança e dispostas a dialogar com todos aqueles que incidem na promoção e garantia dos seus direitos.

O Marco Legal da Primeira Infância é resultado de um grande esforço feito por vários setores do governo e da sociedade civil de pensar na especificidade dos primeiros anos de vida e de que modo isso deve ser contemplado nas políticas públicas.

Quais os grandes desafios em relação a este tema?

A Lei auxilia a formação dos sujeitos, na medida em que estabelece diretrizes sobre quem são, como se desenvolvem e quais são os fatores que favorecem a realização de seu potencial. As crianças de 0 a 6 anos dependem de oportunidades adequadas para que isso aconteça. Embora, no discurso corrente, elas sejam consideradas sujeitos sociais e de direitos, é fundamental apontar o que significa isso na prática.

Nesse sentido, compreender como expressam seus desejos e necessidades é um dos desafios, principalmente, no que diz respeito às crianças com até 3 anos. É mais comum que se faça e que se fale por elas. Mas, como aprender a escutá-las? Como colocar em evidência as “cem linguagens” que elas utilizam para se expressar? Como considerar suas vozes na elaboração de políticas públicas municipais, estaduais e federais?

Outro enorme desafio é a implementação dessas diretrizes em todo território nacional. A legislação é importante, mas a vontade política de colocá-la em prática é crucial.

Podemos considerar que houve avanços?

As pesquisas com crianças pequenas têm avançado muito ultimamente. O diálogo constante com todos aqueles que atuam no universo infantil vem contribuindo para dar visibilidade às diferentes linguagens usadas por elas para mostrar o que lhes faz bem ou não. A linguagem oral não é a única. O olhar, a postura corporal, o choro, o sorriso e o brincar, por exemplo, são formas de participar do mundo e de mostrar o que sentem e pensam.

Essa escuta vem se ampliando e os convites à participação também. Formas de sensibilizar os adultos para essa escuta estão em pauta. Interessante pensar que, quando nos referimos aos adultos, pensamos imediatamente nas famílias e nos professores, mas, quantos outros cercam as crianças cotidianamente? A formação de todos os profissionais (não apenas os da educação) é tema de artigo do Marco Legal. Se a sensibilidade dos adultos for aguçada, toda a sociedade se beneficia.